

## RATIFICAÇÃO DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS DE IMÓVEIS RURAIS

### Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.792, de 2019

#### 3 dispositivos vetados

##### Autoria do projeto:

- Deputado Dr. Leonardo (SOLIDARIEDADE-MT)

##### Relatoria na Câmara:

- Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE): Parecer proferido na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).
- Deputado Neri Geller (PP-MT): Parecer proferido na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).
- Deputado Sergio Souza (MDB-PR): Pareceres proferidos em Plenário pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

##### Relatoria no Senado:

- Senadora Kátia Abreu (PP-TO): Parecer proferido em Plenário.

##### Ementa do projeto de lei vetado:

"Altera a [Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015](#), para ampliar o prazo para ratificação dos registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira; e dá outras providências".

##### Síntese do Veto:

O veto incide sobre projeto que altera norma de ratificação de registros imobiliários de imóveis rurais. O primeiro dispositivo vetado dispõe que o prazo de apreciação de questionamento administrativo sobre domínio de imóvel rural será de 180 dias, prorrogáveis por até 180 dias em casos excepcionais devidamente justificados. O segundo dispõe que o cartório poderá realizar automaticamente registro imobiliário de imóvel rural a respeito do qual haja questionamento administrativo não respondido pela administração pública dentro desse prazo. O terceiro dispõe que a ratificação de registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas estaduais poderá ser feita pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Defesa Nacional.

**Estudo do Veto nº 31/2021**

<b>DISPOSITIVO VETADO</b>	<b>ITEM 31.21.001</b>
	<p><b>§ 2º do art. 1º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, com a redação dada pelo art. 1º do projeto:</b></p> <p><i>O questionamento administrativo de que trata o inciso I do "caput" deste artigo deverá ser apreciado pela administração direta e indireta em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste parágrafo, e esse prazo poderá, em casos excepcionais devidamente justificados, ser prorrogado por até outros 180 (cento e oitenta) dias.</i></p>
<b>ASSUNTO</b>	<b>Prazo de apreciação de questionamento administrativo sobre domínio de imóvel rural</b>
<b>EXPLICAÇÃO DO ITEM</b>	O dispositivo dispõe que o prazo de apreciação de questionamento administrativo sobre domínio de imóvel rural será de 180 dias, prorrogáveis por até 180 dias em casos excepcionais devidamente justificados.
<b>RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO</b>	“A medida instituiria obrigação ao Poder Executivo, de forma a violar o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, nos termos do disposto no art. 2º da Constituição. O Poder Legislativo não poderia determinar prazo para que o Poder Executivo exercesse função que lhe incumbe, impor restrição ao exercício das competências constitucionais do Poder Executivo ou ingerir na reserva da administração, sob pena de ofensa ao inciso II do § 1º do art. 61 e à alínea “a” do inciso VI do caput do art. 84 da Constituição. [...] Além disso, [...] a imposição de prazo para a apreciação do questionamento pela administração direta e indireta interferiria em atividade administrativa dos Estados e, por conseguinte, violaria a sua autonomia, prevista no art. 18 da Constituição. Por fim, os dispositivos em questão também contrariam o interesse público, pois gerariam insegurança jurídica, haja vista a exiguidade do prazo previsto no projeto para a apreciação do enorme passivo existente, sob pena de ratificação automática”.

**Estudo do Veto nº 31/2021**

<b>ITEM 31.21.002</b>	
<b>DISPOSITIVO VETADO</b>	<p><b>§ 3º do art. 1º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, com a redação dada pelo art. 1º do projeto:</b></p> <p><i>Em caso de não pronunciamento dos órgãos competentes da administração pública direta e indireta nos prazos do § 2º deste artigo, o cartório fica autorizado a proceder ao registro imobiliário nos termos do "caput" deste artigo.</i></p>
<b>ASSUNTO</b>	Autorização para cartório realizar registro imobiliário em caso de silêncio da administração pública em relação a questionamento administrativo
<b>EXPLICAÇÃO DO ITEM</b>	O dispositivo dispõe que o cartório poderá realizar automaticamente registro imobiliário de imóvel rural a respeito do qual haja questionamento administrativo não respondido pela administração pública no prazo de 180 dias (excepcionalmente prorrogáveis por mais 180 dias).
<b>RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO</b>	“A medida instituiria obrigação ao Poder Executivo, de forma a violar o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, nos termos do disposto no art. 2º da Constituição. O Poder Legislativo não poderia determinar prazo para que o Poder Executivo exercesse função que lhe incumbe, impor restrição ao exercício das competências constitucionais do Poder Executivo ou ingerir na reserva da administração, sob pena de ofensa ao inciso II do § 1º do art. 61 e à alínea “a” do inciso VI do caput do art. 84 da Constituição. [...] Além disso, [...] a imposição de prazo para a apreciação do questionamento pela administração direta e indireta interferiria em atividade administrativa dos Estados e, por conseguinte, violaria a sua autonomia, prevista no art. 18 da Constituição. Por fim, os dispositivos em questão também contrariam o interesse público, pois gerariam insegurança jurídica, haja vista a exiguidade do prazo previsto no projeto para a apreciação do enorme passivo existente, sob pena de ratificação automática”.

**Estudo do Veto nº 31/2021**

<b>DISPOSITIVO VETADO</b>	<b>ITEM 31.21.003</b>
	<b>inciso II do art. 3º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, com a redação dada pelo art. 1º do projeto:</b> <i>estaduais, efetuadas pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Defesa Nacional:</i>
<b>ASSUNTO</b>	Ratificação de registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas estaduais
<b>EXPLICAÇÃO DO ITEM</b>	O dispositivo dispõe que a ratificação de registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas estaduais poderá ser feita pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Defesa Nacional.
<b>RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO</b>	“A medida contrariaria o interesse público, pois geraria insegurança jurídica, haja vista que não caberia menção ao Conselho de Defesa Nacional entre o período de 1934 a 1955, uma vez que o referido Conselho foi instituído somente pela Constituição em 1988. Dessa forma, a Lei nº 13.178, de 2015, constitui norma que observa as regras à época da expedição do título pelo Estado, de forma que a alteração da designação do colegiado de Conselho de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional não é técnica e juridicamente adequada, sob o risco de ocasionar equívocos de interpretação, o que geraria, inclusive, possível obrigação de atuação do Conselho de Defesa Nacional no processo de ratificação dos títulos emitidos naquele interstício temporal”.